

PARECER JURÍDICO PRELIMINAR

Assunto: Análise e emissão de Parecer Jurídico em minuta de Edital de Licitação


Encaminhamento: Setor de Licitações e Contratos do Município de Xanxerê/SC

Objeto: Aquisição de 01 (um) caminhão basculante tração 6x4, com potência mínima de 275 CV, combustível óleo diesel, tipo do motor diesel turbo aftercooler, quantidade marchar de transmissão frente 06 (seis) unidades, quantidade marchar transmissão ré 01 (uma) unidade, capacidade de carga mínima de 23.000 kg, carroceria tipo caçamba basculante de 12 m², contendo ar condicionado, direção hidráulica, freios a ar com freio estacionário com atuação nas rodas traseiras, pneus radiais, banco do motorista com suspensão a ar e tanque combustível, PBT homologado de no mínimo 23.000 kg, CMT mínimo de 42.000kg, destinado à Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações do edital e seus anexos.

I. RELATÓRIO

Finalizada a fase preparatória do presente Processo Licitatório, o Setor de Licitações e Contratos do Município de Xanxerê/SC, na data de 21/02/2023, encaminhou os Autos até esta Procuradoria para fins de análise e emissão de parecer jurídico preliminar acerca da regularidade do Processo Licitatório, cujo objeto refere-se à *"Aquisição de 01 (um) caminhão basculante tração 6x4, com potência mínima de 275 CV, combustível óleo diesel, tipo do motor diesel turbo aftercooler, quantidade marchar de transmissão frente 06 (seis) unidades, quantidade marchar transmissão ré 01 (uma) unidade, capacidade de carga mínima de 23.000 kg, carroceria tipo caçamba basculante de 12 m², contendo ar condicionado, direção hidráulica, freios a ar com freio estacionário com atuação nas rodas traseiras, pneus radiais, banco do motorista com suspensão a ar e tanque combustível, PBT homologado de no mínimo 23.000 kg, CMT mínimo de 42.000kg, destinado à Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações do edital e seus anexos."*

Compulsando os Autos, verifico a juntada dos seguintes documentos, suscintamente destacadas abaixo.

P.M.X.	
Fls	028
Ass	

- I. Decreto nº 363, de 6 de setembro de 2022;
- II. CheckList do Termo de Referência;
- III. Termo de Referência, em que constam: (i) Unidade Requisitante; (ii) Ordenador de Despesa; (iii) Objeto; (iv) Justificativa; (v) Especificações Técnicas; (vi) Prazo de entrega, local e condições de entrega; (vii) Prazo e condições de garantia; (viii) Designação de gestor e fiscal do contrato; (ix) Condições e prazos de pagamento; (x) Dotação orçamentária; (xi) Obrigações do contratante e da contratada; (xii) Requisitos de qualificação técnica; (xiii) Estimativa de custo; (xiv) Prazo de vigência do contrato; (xv) Memorando de Designação de Fiscal do Contrato;
- IV. Minuta do Edital, Minuta do Contrato e Outros Anexos.

Recebo os Autos no estado em que se encontram, mediante solicitação dirigida a esta Procuradoria Jurídica, pelo qual procedo a análise e elaboração de Parecer Jurídico Preliminar.

É o lacônico relatório.

II. PARECER

II.I DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Cumpra esclarecer, preliminarmente, que o **parecer jurídico não tem o condão de imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas, administrativas ou econômico-financeiras adotadas no Edital**, limitando-se aos aspectos estritamente jurídicos da matéria ao estabelecer um controle sob o prisma da legalidade. É o entendimento do Tribunal de Contas da União, neste exato sentir:

*(...) O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais. **O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital, como esta que determina o***

P.M.X.	
Fls	029
Ass	<i>[Assinatura]</i>

prazo para início da operação. Neste caso, cabia ao gestor definir tal prazo.¹ (...) (Grifei)

É, inclusive, o que recomenda a Consultoria-Geral da União, de acordo com o Manual de Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, senão:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões. apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto. (Grifei)


Portanto, passa-se à análise dos aspectos jurídicos do presente Processo Licitatório.

II.II DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Trata-se de análise de Processo Licitatório, cuja modalidade é o **PREGÃO ELETRÔNICO**. Quanto à fase preparatória do pregão, assim dispõe o artigo 3º da Lei n.º 10.520/2022, e o artigo 8º do Decreto n.º 10.024/2019. É a redação dos citados artigos, *in litteris*:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte: I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento; II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da

¹ Tribunal de Contas da União. Acórdão n. 186/2010 – Plenário. Relator: Raimundo Carreiro. Processo n. 018.791/2005-4.

P.M.X.	
Fls	030
Ass	

licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, **será instruído com os seguintes documentos, no mínimo**: I - estudo técnico preliminar, quando necessário; II - termo de referência; III - planilha estimativa de despesa; IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços; V - autorização de abertura da licitação; VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio; VII - edital e respectivos anexos; VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso; IX - parecer jurídico. (Grifei)

Em detida análise aos Autos, verifico que o Processo está instruído com **(i) Termo de Referência**, nele constando todos os elementos substanciais ao fiel andamento da fase inicial do pregão, como a definição do objeto, justificativa pela contratação, especificações técnicas, condições de prazo, entrega e garantia, designação de servidores para a promoção da licitação e fiscalização da execução do objeto, entre outros documentos; **(ii) Pesquisa de Preços** (através do site Governamental - *Painel de Preços*), em que observado a apresentação de cotação dos preços praticados no mercado; **(iii) Dotação orçamentária**, indicando qual a fonte dos recursos orçamentários necessários para a eventual contratação; **(iv) Minuta do Edital de Licitação, Minuta do Contrato e seus respectivos anexos**, conforme estabelece o art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e do inciso VIII do Decreto nº 10.024/2019 (que será melhor avaliada em tópico específico).

Por essa razão, resta assegurada a regularidade jurídica da instrução da fase interna (preparatória) do presente Processo Licitatório, vez que observada a sua compatibilidade com aquilo que define o ordenamento jurídico vigente.

II.II.I DA ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO


A Lei nº. 8.666/93, em seu art. 38, parágrafo único, estabelece que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da administração”. O

P.M.X.	
Fls	031
Ass	*

art. 40 do mesmo diploma estabelece quais são os critérios mínimos (exigências), que deverão ser contemplados na minuta do Edital, quais sejam:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte: I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara; II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação; III - sanções para o caso de inadimplemento; IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico; V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido; VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas; VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos; VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto; IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais; X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; XI - critério de reajuste (...); XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas; XIV - condições de pagamento (...); XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei; XVI - condições de recebimento do objeto da licitação; XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação (...) (Grifei)

A presente minuta de Edital identificou (i) a modalidade licitatória escolhida, denominada de **Pregão Eletrônico**, nos termos do Decreto n.º 10.024/2019; (ii) o critério de julgamento das propostas do **tipo menor preço do item**; (iii) o objeto da licitação: "Aquisição de 01 (um) caminhão basculante tração 6x4, com potência mínima de 275 CV, combustível óleo diesel, tipo do motor diesel turbo aftercooler, quantidade marchar de transmissão frente 06 (seis) unidades, quantidade marchar transmissão ré 01 (uma) unidade, capacidade de carga mínima

P.M.X.	
Fls	032
Ass	


de 23.000 kg, carroceria tipo caçamba basculante de 12 m², contendo ar condicionado, direção hidráulica, freios a ar com freio estacionário com atuação nas rodas traseiras, pneus radiais, banco do motorista com suspensão a ar e tanque combustível, PBT homologado de no mínimo 23.000 kg, CMT mínimo de 42.000kg, destinado à Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações do edital e seus anexos"; (iv) os prazos legais; (v) as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação técnica dos proponentes, conforme anexo 02 do edital e em conformidade com os artigos 27 a 30 da Lei 8666/93; (vi) as condições de participação ao certame, como se vê no item 4 do edital; (vii) as condições de pagamento, no item 19 do edital, nos termos do Decreto Municipal 03/2023; (viii) as orientações acerca da interposição de impugnações e recursos administrativos no item 11 do edital; (ix) as sanções administrativas em caso de descumprimento no item 12 do edital; (x) as obrigações do contratante/contratado(a) nos itens 16 e 17 do edital; (xi) outras disposições específicas; (xiii) os anexos necessários para perfectibilizar a contratação.

Assim, defino por regular as cláusulas inseridas na minuta do edital, vez que em consonância com o que definido no art. 40 da Lei nº 8.666/93.

II.II.II DA ANÁLISE DA MINUTA DO CONTRATO

A Lei nº. 8.666/93, em seu art. 55, define quais são as cláusulas necessárias em todo o contrato administrativo. Deste modo, veja-se:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: I - o objeto e seus elementos característicos; II - o regime de execução ou a forma de fornecimento; III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; VIII - os casos de rescisão; IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei; X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o

P.M.X.	
Fls	033
Ass	

caso; XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Novamente, bem analisadas as cláusulas e outros termos inseridos na minuta do contrato, observo que identificado todas as exigências legais estabelecidas no artigo supracitado, de modo que entendo pela sua regularidade.

III. DA CONCLUSÃO

Assim, pelo exposto, encontrando-se o processo dentro dos permissivos legais, notadamente com relação às Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520/2002 e com o Decreto Federal nº 10.024/2019, exaro **OPINATIVO FAVORÁVEL** à realização do certame licitatório pretendido pela Administração Pública.

É o parecer. Retornem os Autos ao Setor de Licitações e Contratos do Município para as diligências necessárias.

Xanxerê/SC, 02 de março de 2023.


PEDRO HENRIQUE PICCINI
Consultor Jurídico do Município de Xanxerê
OAB/SC 61.229

P.M.X.	
Fls	034
Ass	